



Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos



LEI Nº 1015/97, de 27 de janeiro de 1997.

CRIA O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancio

a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo e fiscalizador de caráter permanente em âmbito municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Definir as prioridades da política de Assistência Social;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do plano municipal de assistência social;

III - Aprovar a política municipal de assistência social;

IV - Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;

V - Propor critérios para a programação, bem assim para as execuções financeiras e orçamentárias do fundo Municipal de Assistência Social, ainda fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;

VII - Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados no âmbito municipal.



Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos



VIII - Definir critérios para celebrações de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito municipal;

IX - Elaborar e aprovar seu Regimento interno;

X - Zelar pela efetivação do sistema descentraliza-
do e participativo de Assistência Social;

XI - Convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá atribuição de avaliar a situação de Assis-
tência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais, bem como o desempenho dos programas e projetos apro-
vados;

Art. 3º - O CMAS é paritário e será constituído de 06 (seis) membros e respectivos suplentes.

- a) 03 (três) representantes do Poder executivo;
- b) 01 (um) representante das entidades prestado-
ras de serviços sociais;
- c) 01 (um) representante de entidades de usuários
- d) 01 (um) representante de entidades dos traba-
lhadores em Assistência Social.

PARÁGRAFO ÚNICO - Somente será admitida a participa-
ção no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento, bem como nele devidamente cadastradas.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplente do CMAS, serão nomeados pelo Executivo Municipal, mediante indicação das entidades delega-
das.

Art. 5º - As atividades dos membros do CMAS, reger-
se-ão pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função do Conselho é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - Os Conselheiros serão excluídos do CMAS e subs-
tituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03(três)
reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas;

III - Os membros do CMAS terão mandato de 02 (dois)
anos, sendo permitida uma única recondução, podendo serem substituídos mediante



Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos



solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - Cada membro do CMAS terá direito a 01 (um) únco voto nas sessões plenárias;

V - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções;

VI - O CMAS terá um Presidente eleito entre seus membros e uma Secretaria Executiva com função de apoio administrativo, regulamentado por Regimento Interno próprio e obedecendo às seguintes normas;

I - Plenário, como órgão de deliberação máxima;

II - As Sessões Plenárias serão realizadas ordinariamente, a cada mês e extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 7º - Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoa e entidades mediante os seguintes critérios;

I - Consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social, sem embargo de sua condição de membro.

II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notável especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Art. 8º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e procedidas de ampla divulgação.

Art. 9º - O CMAS elaborará seu Regimento Interno e o aprovará no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

CAPÍTULO II

FUNDO MUNICIPAL

Art. 10 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, como instrumento de captação e aplicação de recursos a serem utilizados segundo as deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 11 - Constituem receitas do FMAS;

I - Receita Orçamentaria destinadas pela União, Estado, Município e Organismo Internacionais;



Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos



II - Recursos oriundos de Convênio e execução de políticas para Assistência Social;

III - Doações;

IV - Outras Receitas que venham a ser instituídas.

Parágrafo Único - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas obrigatoriamente, em conta específica em agências de estabelecimento bancário oficial.

Art. 12º - O fundo de que trata a presente Lei, fica vinculado diretamente, à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, que fornecerá os recursos humanos e materiais para a consecução dos seus objetivos.

Art. 13º - São atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social;

I - Os serviços de Assistência Social do Município de acordo com a política definida pelo CMAS;

II - Administrar o fundo que trata da presente Lei e propor a política de ampliação de seus recursos;

III - Submeter ao CMAS, o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com programas sociais e municipais, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal, no caso de utilização de recursos da União;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, o registro de demonstrativos mensais de Receitas e Despesas do Fundo;

V - Encaminhar a Contabilidade Geral do Município, para registros dos demonstrativos mencionados no inciso anterior;

VI - Firmar Convênios e Contratos entre o Setor Público e entidade privadas, conforme critérios estabelecidos pelo CMAS.

Art. 14º - O poder Executivo Municipal destinará 3% (três por cento) do Orçamento Anual para ações de Assistência Social.

Art. 15º - As despesas decorrentes desta Lei, serão contabilizadas e classificadas na unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, até 31 de dezembro de cada exercício.

Art. 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.




Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos



em 27 de janeiro de 1997.

Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL.


NIVALDO JATOBÁ
- Prefeito -